

GOVERNO LULA

Economia Brasil

Abalos também econômicos

A MATRIZ DA INSEN-SATEZ que contamina o Palácio do Planalto ultrapassa as fronteiras da destruição de reputações de assessores pilhados na fabricação de dossiês. É cada vez mais evidente que a irresponsabilidade instalada em Brasília atingiu em definitivo também o ambiente econômico, justamente a principal fortaleza na qual se apóia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aos poucos, conforme revelam inúmeras ações do governo petista, têm sido demolidos os alicerces fiscais em que o país felizmente parecia assentado.

Revistas as contas deste ano, por exemplo, o Planalto anunciou o corte de R\$ 1,6 bilhão no limite de gastos discricionários do governo. A redução destina-se a assegurar o cumprimento da meta de superávit primário do setor público, fixada em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O governo reviu sua previsão para crescimento real do PIB e, por tabela, a estimativa de arrecadação da Receita Federal. A esse recálculo, acrescente-se o aumento nas previsões relativas a despesas obrigatórias e ao déficit da Previdência Social. É aí que mora o perigo.

Em primeiro lugar, o tamanho do corte parece relevante, mas não é. Trata-se de uma ínfima parte das despesas previstas pelo Tesouro Nacional – que, para este ano, chega a algo próximo de R\$ 160 bilhões. Mais grave, porém, é a farra promovida pelos inquilinos do poder, especialmente depois que Antonio Palocci deixou o Ministério da Fazenda. A saída de Palocci abriu as portas para o exercício da vocação congênita do PT: um compromisso fiscal resumido à aparência.

Fundamento de qualquer governança, o equilíbrio entre receitas correntes e gastos normais do Tesouro e da Previdência tem sido ignorado em troca do dividendo eleitoral decorrente da generosidade governamental. O apetite de poder pode até ser saciado pelas almas petistas, mas ocorrerá em nome de estragos monumentais na dieta de longo prazo do país. A saber.

No começo da gestão Lula, por exemplo, quase triplicou o volume de contratação de servidores civis e militares. Alguns tempo depois, já com a reeleição à vista, concederam-se aumentos excessivamente encorpados ao funcionalismo, criando despesas permanentes e deixando sequelas gravíssimas sobre o orçamento para os próximos anos.

Reajuste real para os aposentados, abandono do teto de gastos públicos e elástico aumento real do salário mínimo completam a vistosa e preocupante galeria de bonanças, cuja equação se revela especialmente desastrosa. São bonitas de ver, fáceis de aplaudir e difíceis de pagar.

Para assegurar a farra, recorre-se aos impostos e contribuição em alto grau. A fim de alcançar as metas fiscais, o Executivo precisa ainda de malandragem contábil – os dividendos pagos por estatais e

Aos poucos, têm sido demolidos os alicerces fiscais em que o país felizmente parecia assentado

receitas extraordinárias. Eis a austeridade do petismo pós-Palocci.

Ou o presidente Lula – se reeleito – retoma a trilha do aprofundamento das reformas do Estado ou terá a credibilidade como gestor econômico tão abalada quanto os petistas flagrados em pilantragem explícita. O risco é desmoronar o que de bom conseguiu, adquirido graças justamente aos compromissos com a prudência e a responsabilidade. Resta saber se terá capital político e, sobretudo, disposição para superar as tentações eleitorais habituais.

Há mudanças indispensáveis para a melhoria do ambiente de negócios no país, para um crescimento mais acelerado e para a criação de empregos. A síntese dessas reformas e a premissa dessas conquistas é um Estado menos perdulário e mais eficiente. Tais atributos se conseguem com austeridade e não com falsas bonanças.